

V.I. Lénine, a filosofia e o poder¹

Tatiana Khabarova

Abril de 2010

PREZADOS CAMARADAS,

Hoje – como sabeis sem precisardes que o diga – o leninismo, o marxismo, a doutrina comunista em si, está sujeito a ataques triunfantes do inimigo de classe, que prevalece temporariamente sobre nós, é alvo de difamação e ridicularização e é «enterrado» de várias maneiras; por isso, hoje, segundo me parece, qualquer abordagem de todas estas coisas precisa de concentrar-se, em primeiro lugar, naquilo que faz do leninismo uma ciência e torna imortal a prática revolucionária leninista. Naquilo que inevitavelmente, dentro de pouco tempo, fará regressar o leninismo à arena mundial – a qual, aliás, nunca abandonou totalmente nem abandonará. Sendo que regressará com uma grandeza e brilho incomparavelmente maiores do que teve quando constituía a ideologia de Estado de uma das duas maiores superpotências mundiais.

Em Dezembro do ano passado, nós – o Centro de Moscovo da Plataforma Bolchevique no PCUS – realizámos a XXXVII sessão do nosso clube político, onde analisámos esta problemática;² é verdade que o fizemos mais relativamente a I.V. Stáline do que directamente a V.I. Lénine. Mas Stáline – como é sabido – considerou-se até ao fim da sua vida apenas como um fiel discípulo do seu genial predecessor, de modo que tem toda a lógica agora, nas vésperas do aniversário de Lénine, alargar ao professor as considerações então feitas a propósito do aluno. E aproveitar a oportunidade para nos determos mais detalhadamente em tudo isto, tanto mais que este tema, neste plano, na forma como o colocamos, não é tratado por mais ninguém, excepto por nós; ou seja, uma repetição alargada não será porventura supérflua.

POIS BEM, houve um tempo em que se falava muito no nosso país da «*etapa leninista do desenvolvimento da filosofia*». Porém, não conseguiram inculcar esta efabulação na mente das pessoas; em grande medida devido ao facto de que, no período

¹ Intervenção no Clube Marxista «*Communis*», dedicado ao 140.º aniversário do nascimento de V.I. Lénine, Moscovo, 13 de Abril de 2010.

² A autora refere-se à intervenção «*O marxismo e o bolchevismo na URSS pós-Stáline: torpor e ruptura*», disponível em http://www.hist-socialismo.com/docs/Khabarova_Socialismo_e_Estado.pdf (N. Ed.)

de Khruchov e pós-Khruchov, tudo o que na filosofia estava directa ou indirectamente ligado ao nome de I.V. Stáline foi lançado borda fora. No entanto, não dista mais de um passo, ou mesmo menos, entre a definição de Stáline do materialismo dialético como «*mundivisão do partido marxista-leninista*»³ e a formulação corrente que a Secção Ideológica do CC estava obrigada a fazer e depois a reafirmar através da imprensa do partido. Concretamente: que a filosofia marxista-leninista é **o enunciado sistematizado da mundivisão da classe operária actual como força prevalecente da revolução socialista e construtora do futuro comunista da humanidade**. Ela é a sua *teoria* da visão geral do mundo e é o método sistematizado da sua obra histórica revolucionária-transformadora.

Por enquanto não entraremos na questão do que é a classe operária hoje; mas, em todo o caso, para a URSS da segunda metade do século XX, esta formulação, se tivesse sido promovida em tempo útil, seria absolutamente inquestionável.

Mas aqui há ainda um outro aspecto com uma ressonância mais ampla, histórico-universal: O que aconteceu em geral com a filosofia, em particular com a nossa filosofia marxista clássica?

Aconteceu que histórico-objectivamente **caminhou para a substituição da religião no papel de ideologia de Estado**, tornou-se um sistema de conhecimento prático-político, de conhecimento orientador do Estado, dirigente do Estado. Note-se que até ao século XVIII, inclusive, o esteio ideológico do poder Estado, por toda a parte, eram as doutrinas religiosas e a sua «*materialização*» sob a forma de igrejas.

Mas já Hegel tinha afirmado que o Estado como tal tem a sua própria doutrina, a qual, apesar de não dever contrariar os dogmas da religião dominante, não lhe é idêntica. Hegel tinha a esperança de que seria o seu próprio sistema filosófico a tornar-se nessa «*religião civil*» da nova época, como hoje é chamada. Aliás, numa perspectiva de longo prazo, as suas expectativas confirmaram-se em certa medida. Passado apenas um século, surgiu no planeta um Estado que não teve medo, digamos assim, de inscrever na sua Constituição que toda a sua política interna e externa era definida com base numa doutrina filosófica; e entre as fontes e partes constitutivas desta doutrina figurava precisamente a dialéctica hegeliana.

Seria injusto não evocar a este propósito Platão e a sua surpreendente profecia que não me privarei do prazer de repetir, apesar de ter sido citada no nosso clube político de Dezembro:

*«Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que actualmente perseguem um ou outro destes objectivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim (...) os males das cidades».*⁴

Naturalmente que as coisas não são assim tão simples. Não se pode inferir que basta um qualquer chefe de Estado rodear-se de livros de filosofia e começar a estudá-los escrupulosamente para que se estabeleça a paz e a prosperidade no país. A

³ I.V. Stáline, *Questões do Leninismo* (em russo), Gospolitizdat, 1953, p. 574.

⁴ Citação conforme tradução disponível em http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf, Livro V, p. 237. (N. Ed.)

história conhece muitos exemplos de estadistas que filosofavam com aplicação: Catarina II manteve uma correspondência com os luminares do pensamento filosófico europeu da altura; Pedro I teve ao seu serviço, com o título de conselheiro secreto de Justiça, o grande filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, e este elaborou-lhe o plano de criação da Academia de Ciências de São Petersburgo. Ou ainda Alexandre I que na juventude foi um razoável livre-pensador, etc.

Na prática, porém, todos os filósofos coroados agiam não consoante os preceitos da razão superior, mas apenas de acordo com os interesses da classe que representavam.

Por conseguinte, que vemos nós aqui?

Vemos uma tendência civilizacional geral, histórico-universal, uma tendência «transparente» no sentido de que o poder e o conhecimento se fundam num só, de que o poder assente nas conclusões da razão, e a razão tenha ao seu dispor os instrumentos materiais para concretizar as suas visões na realidade. Todavia, chamo a vossa atenção para o seguinte: não se trata simplesmente de instrumentos-objects necessários para a intervenção humana sobre a natureza, trata-se de instrumentos mais complexos, institucionais, que são necessários para as pessoas interagirem umas com as outras, nas suas relações sociais.

E de que modo este conflito gigantesco, esta necessidade objectiva da humanidade como um todo, esta exigência da junção da razão e do poder, como e através de quê se resolve? É resolvida pela nossa filosofia marxista-leninista. O marxismo indica que deve entrar na cena histórica, e deve ser «identificada» pelas mentes avançadas, uma classe, cujo interesse profundo, essencial, condicionado pela sua situação no sistema da produção social, *coincide* objectivamente, finalmente – coincide com os resultados das buscas intelectuais alcançados pela humanidade. Esta classe é o proletariado; e eis que ressoa o imorredouro mandamento de Marx, inteiramente captado e inteiramente cumprido por V.I. Lênine e depois por Stáline: **A filosofia é a cabeça da emancipação de toda a humanidade, cujo coração é o proletariado.**

Eis o grandioso ciclo da evolução intelectual do género humano, no qual participamos como o seu elo porventura mais importante, final, decisivo. Depois disto falar sobre uma alegada «marginalidade» ou «inconsistência científica» do marxismo, procurar atirá-lo para o «vazadouro da história» – é algo que nos deixa sem outras palavras, à excepção de que só mentecaptos podem pretender tal coisa. E só nos restaria lamentá-los, não fosse o destino, de vez em quando, colocar semelhantes tolos em postos onde, além do palavreado, podem causar um dano real, por vezes mesmo enorme.

Façamos um pequeno desvio para falar da classe operária e do proletariado, porquanto não é difícil antecipar as objecções hoje em moda de que o proletariado – dizem – isso é século XIX e que a classe operária tal como a conhecemos no século XX hoje também praticamente já não existe.

Em primeiro lugar quando se fala no marxismo, nomeadamente em Lênine, da *missão* histórica universal do proletariado, como «responsável» pela edificação do regime mundial completamente liberto da exploração, é perfeitamente claro que neste contexto por proletariado se entende não um qualquer destacamento estritamente concreto de trabalhadores, mas a sua essência, o seu significado transcendental, digamos assim, que decorre do facto de ser ele quem «domina economicamente

o centro e o nervo de todo sistema económico»,⁵ segundo a expressão de Lénine. Ora, uma vez que sempre existirá na sociedade um ou outro «*sistema económico*», sempre existirá esse núcleo produtor, fecundo, essa «*classe trabalhadora*» – mesmo quando as divisões de classe tradicionais se apagarem definitivamente.

Além disso. Numa sociedade onde se mantêm as relações de propriedade privada, por mais elevado que seja o nível de equipamento técnico, esse novo «*proletariado*», qualquer que seja a sua aparência, será inevitavelmente o mais explorado, uma vez que será precisamente ele quem irá, como antes, produzir a principal massa da mais-valia. Não obstante a exploração poder também adquirir uma qualquer forma inesperada e inimaginável hoje para nós.

Em segundo lugar queria manifestar-me da forma mais decidida em defesa da classe operária na sua imagem mais tradicional e convencional. Quando se ouve dizer que agora há muito mais gente a trabalhar ao computador do que nos locais de produção, apetece-me perguntar: já pensastes no que aconteceria se os operários abandonassem a vala onde repararam as condutas de aquecimento, se os motoristas, pilotos e maquinistas de comboios largassem os seus volantes, os seus comandos e controlos, se parasse de trabalhar o pessoal da manutenção das centrais eléctricas, das redes de gás, dos canais fluviais, se tirassem os seus aventais os trabalhadores da panificação, da indústria de carnes, e tudo o mais? O computador por si próprio não lavra, não semeia e não colhe, não constrói casas, não cose casacos nem botas, não as distribui pela rede comercial e não está do outro lado do balcão. De modo que mesmo com a grande indústria destruída à nossa volta está tudo cheio de classe operária, talvez mais discreta, mas de qualquer maneira sem ela é impossível assegurar o normal funcionamento do modo de vida actual.

Em terceiro lugar.

Em terceiro lugar, no que respeita à classe operária directamente industrial, apesar do pouco que dela restou, continua a ter nas suas mãos um dos principais, senão o principal, fio conducente à libertação do país. Este fio chama-se: **a renacionalização pelos colectivos laborais da propriedade social pilhada criminosamente**, ou a colocação sob controlo operário das empresas ameaçadas de falência fraudulenta com vista ao seu encerramento. Não podemos hoje dar a devida atenção a este assunto, mas tratámo-lo por várias vezes nas iniciativas das nossas duas organizações (a Plataforma Bolchevique e o Movimento dos Cidadãos da URSS). Muito recentemente, no comício de 7 de Outubro de 2009, a propósito dos acontecimentos na fábrica de construção de máquinas de Kherson, «*onde os operários, depois das habituais tentativas sem sucesso para obterem o pagamento dos salários em atraso, tomaram de assalto o edifício da administração, mantiveram-no ocupado durante duas semanas, exigiram a nacionalização da fábrica e de todas as “fábricas e empresas estratégicas”, a sua colocação sob controlo operário e a garantia de encomendas estatais e do escoamento da produção*».⁶

⁵ «*As eleições para a Assembleia Constituinte e a ditadura do proletariado*» (Dezembro de 1919), V.I. Lénine, *Obras Escolhidas* em três tomos, Ed. Avante! – Ed. Progresso, Lisboa – Moscovo, 1979, t. 3, p. 243.

⁶ Ver «*Sem uma perspectiva soviética clara os trabalhadores não terão um futuro digno*», Resolução do comício de cidadãos soviéticos da cidade de Moscovo, dedicado ao Dia da Constituição da URSS, Moscovo, 7 de Outubro de 2009.

Não me sai da cabeça o apelo dos operários de Kherson: «*Hoje Kherson, amanhã toda a Ucrânia!*». E é isto, na verdade, que deverá acontecer e acontecerá infalivelmente, é apenas preciso ajudar o movimento operário do país a livrar-se da influência dos trotskistas, conciliadores e outros elementos destrutivos, e consolidar as suas posições do patriotismo soviético.

PREZADOS CAMARADAS, permitam-me que não sobrecarregue a intervenção com citações. Creiam-me que tudo o que atrás foi dito e tudo o que direi de seguida pode ser abundantemente ilustrado com as correspondentes fontes, as quais, aliás, têm sido muitas vezes citadas não só por mim.

Só mais uma ressalva: há muitas coisas a respeito do nosso tema que têm sido tratadas correcta e convincentemente por outros. Não irei por isso repetir coisas que, embora extremamente importantes, já são do conhecimento geral, e concentrar-me-ei apenas aquilo que, não sendo menos importante, ninguém, excepto eu, provavelmente, dirá.

Pois vejamos a primeira dessas coisas.

A partir do momento em que é compreendido o papel da *classe*, esta torna-se força material, graças à qual o pensamento social de vanguarda se torna realidade – a partir desse momento o próprio pensamento social de vanguarda torna-se também «*movimento de retorno*», compreendido como a **consciência ordenada, sistematizada e lógica da classe – a força predominante de uma dada época**.

Isto é, não se deve pensar que V.I. Lênine colocou a filosofia ao serviço dos interesses da classe operária. Não, simplesmente a filosofia marxista, na sua interpretação leninista, tornou-se em plena medida a «*cabeça*» da revolução proletária. Ela auto-identificou-se com o princípio racional histórico e objectivamente intrínseco à revolução, com a «*razão das massas*», iluminou-o e organizou-o logicamente. A etapa leninista no desenvolvimento do pensamento filosófico consistiu em que a filosofia se assumiu em toda a sua extensão como **teoria da luta emancipadora do proletariado e da edificação pelo proletariado vitorioso do novo mundo não explorador**.

Isto é, repitamos: não se trata de uma parte da filosofia servir agora os interesses da classe operária e outra parte se ocupar de qualquer outra coisa. Mas simplesmente de não haver nela outra coisa para além desta sua definição como **consciência sistematizada da classe-revolucionária**, a classe «*que chefia uma dada ordem económica*», se nos basearmos nesta formulação leninista.⁷

Naturalmente que ninguém nega que a filosofia pode e deve ter uma variedade ilimitada de domínios; mas no seu conjunto ela é exactamente o que se disse.

Isto não é de todo uma abordagem «*restritiva*», «*estreita*», mas, pelo contrário, é uma abordagem dialecticamente *universal*. Os nossos fundadores muniram-se da dialéctica, teoria do *desenvolvimento* como «*processo mundial uno*», processo em espiral, o qual, segundo Hegel, em cada volta da espiral, absorve todo o conteúdo anterior e «*não só não perde nada do seu movimento dialéctico em frente, não só*

⁷ *O Conteúdo Económico do Populismo e a sua Crítica no Livro de G. Sturve (O Reflexo do Marxismo na Literatura Burguesa)* (1895), V.I. Lênine, *Obras Completas* (em russo), t. 1, p. 418.

*não deixa nada atrás de si, como leva consigo todo o adquirido, enriquecendo-se e adensando-se no seu interior».*⁸

Na dialéctica o universal é interpretado como universal-**concreto**, como o mais elevado dos níveis atingidos, ou das circunvoluções da espiral histórico-natural. Se a humanidade é o auge da evolução histórico-natural decorrida, então a luta da classe que objectivamente prepara a transição, o ascenso da evolução para um novo nível qualitativo, não é uma assunto particular dessa classe, mas o **ponto de crescimento, o cume da espiral mundial**, a sua manifestação mais geral, mais universal, num dado momento.

O ponto de vista da classe revolucionária é o ponto de vista a partir da «*plataforma superior*» da espiral, de onde se vê tudo o resto da melhor maneira. Isto é, no marxismo (quando falo de marxismo é óbvio que não separo V.I. Lênine de Marx), no marxismo-leninismo, o espírito revolucionário de classe, o conhecimento revolucionário com *espírito de partido*, não revela a sua estreiteza, a sua unilateralidade, mas sim a sua **objectividade** superior.

Entre outros, isto explica a precisão fenomenal da análise de classe leninista, e isto tem uma importância inestimável para um dirigente da revolução: a capacidade de distinguir infalivelmente os correligionários, os aliados e companheiros de viagem, os inimigos abertos e os habilmente mascarados, etc.

Para que ninguém pense que é exagerada a exaltação que aqui fazemos do princípio racional presente na revolução, recordo que Lênine considerava a revolução como a manifestação superior, mais viva, da «*luta popular pela liberdade*», da «*criatividade histórica do povo*».⁹

«(...) *A criatividade organizativa do povo revela-se nos períodos de turbilhões revolucionários milhões de vezes mais forte, rica, produtiva, do que nos períodos do chamado progresso histórico tranquilo*».

«(...) *Não será que precisamente nesses momentos é a razão das massas, e não a razão de indivíduos em separado, que intervém na história, não será precisamente então que a razão das massas se torna uma força viva, efectiva, e não uma força abstracta.*»¹⁰

De tudo o que se acaba de expor decorrem conclusões de importância cardinal para a estrutura do Estado proletário após a revolução.

Em primeiro lugar, se cresceu uma cabeça à revolução, digamos assim, a qual se reconheceu a si própria como tal, então por que motivo se deve esconder essa cabeça após a revolução? É uma evidência que o Estado após a revolução deve ser e será **ideocrático**, i.e., um Estado onde é proclamada abertamente e legitimada constitucionalmente uma determinada ideologia estatal, cujo papel será assumido precisamente pela doutrina marxista-leninista. Consequentemente, a estrutura do Estado deve prever também o lugar para a organização que «*materializa*» em si a nova ideologia do Estado – o lugar do Partido Comunista.

Por isso, não por um qualquer desvio do verdadeiro caminho, mas por força de uma tendência histórico-universal irresistível e profundamente progressista (sublinho particularmente a palavra progressista), surgiu o artigo sexto na Constituição do

⁸ G.W.F. Hegel, *A Ciência da Lógica* (em russo), Misl, Moscovo, 1972, t. 3, pp 306-307.

⁹ «*A vitória dos cadetes e as tarefas do partido operário*» (Março de 1906), V.I. Lênine, *Obras Completas* (em russo), t. 12, pp. 322 e 316.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 335 e 327.

Estado soviético de 1936 (artigo 126.º na Constituição de 1977). E não foi um acaso que a eliminação do artigo sexto tenha sido o mecanismo que despoletou a derrocada final da URSS.

A propósito, quando nós – Movimento dos Cidadãos da URSS – empreendemos a elaboração do projecto de nova redacção da Constituição soviética, muito rapidamente ficou claro que o artigo sexto não só devia ser restabelecido de pleno direito como seria necessário todo um novo capítulo dedicado a este tema, que por ironia do destino veio a ser também o sexto.

Em suma, o Estado ideocrático não é nenhum «*totalitarismo*» maligno, mas sim a expressão da salutar tendência histórica para que o povo possa cerrar fileiras, concentrar-se em torno da sua «*ideia nacional*», como hoje se diz; para que possa intervir na arena mundial da história como um identidade determinada racionalmente, colectivamente racional.

Esta tendência – repito – é inteiramente salutar; a estrutura estatal ideocrática não só será regenerada no nosso país como, arrisco a previsão, até ao final do corrente século, entre os maiores e mais importantes países do planeta deixará de haver estados não-ideocráticos.

É provável que me objectem: Então e o fascismo? Também é progressista? Tais regimes surgirão novamente no mundo? Há aqui alguma fronteira ou não?

Sim há uma fronteira muito nítida; é, mais uma vez, uma fronteira de classe. Até agora apenas enaltecemos e continuaremos a enaltecer o ideocratismo da classe **revolucionária**, eis o que é. A classe revolucionária é a classe produtora, em cujo trabalho assenta o sistema económico. O fascismo é uma ideocracia de que classe? Não tereis lido porventura no *Breve Dicionário Filosófico* sobre qual é a forma de ditadura mais reaccionária e abertamente terrorista do capital financeiro? Eis pois a fronteira e a solução. O fascismo é a ideocracia da burguesia imperialista, na sua forma reaccionária mais extrema. Por isso foi por nós destruído na Grande Guerra Patriótica; por isso a nossa Vitória de 1945 teve um certo carácter sagrado e não apenas político-militar.

Muitas declarações e apelos foram feitos a propósito das tresloucadas resoluções anticomunistas do Conselho da Europa e da OSCE,¹¹ mas julgo que em nenhum desses documentos, com excepção do nosso (Plataforma Bolchevique), se refere o seguinte argumento chave: fascismo e socialismo são incompatíveis, incomparáveis do ponto de vista de classe, histórico-objectivamente e materialmente em qualquer sentido. Muito bem, o Conselho da Europa é constituído por pobres de espírito que desconhecem a abordagem de classe, mas isso não nos obriga a conformar-nos com o seu fraco nível e deixar de utilizar os nossos argumentos mais fortes contra eles.

Aliás, na nossa declaração de 2006, «***Seguidores dos criminosos de guerra nazis, recordai-vos para que não tenhais o mesmo destino***»,¹² assinala-se justamente que o fascismo é uma imitação singular do socialismo pela sociedade exploradora agonizante. Copiaram-nos a planificação ou as garantias sociais dos trabalhadores, até isto decidiram adoptar, mas mitigadas. «*O fascismo é a agonia da última civilização exploradora ante a emergência da civilização não-exploradora. Sim, disfarça-se “sob o socialismo”, na esperança de levar parte dos trabalhadores*

¹¹ Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (N. Ed.)

¹² Cf. Colectânea «*Bolchevismo hoje: lições, problemas, perspectivas (a propósito do centenário do II Congresso do POSDR)*», Moscovo – Arzamas-16, 2007.

para o seu lado. E por vezes consegue-o – Hitler conseguiu-o numa dada altura, mas isso não alterou a essência brutal do hitlerismo como instrumento de luta do capital transnacional contra o Estado de operários e camponeses – a URSS».

Resumindo, este é o horizonte histórico-cultural que se vai abrir perante a humanidade do século XXI – um horizonte em que os estados se constituirão eles próprios como entidades solidariamente racionais, com «visão» ideológica e espiritual. Este horizonte é inteiramente nosso, aqui nós somos pioneiros, aqui estamos na nossa casa. É preciso que não nos demarquemos estupidamente de tudo isto, não devemos escutar tolices a respeito do «totalitarismo», devemos sim empenhar-nos em voltar, porque o futuro, inequivocamente, são as comunidades que aprendem e são capazes de unir os seus povos em torno de grandes ideias e de grandes objectivos, objectivos humanistas e progressistas de classe, e não reaccionários e desumanos. À imagem do povo soviético na época de Stáline, seguindo as indicações de V.I. Lénine, que conseguiu organizar-se em torno do objectivo da construção do socialismo, e este objectivo, no fundamental e mais importante, foi atingido, foi concretizado.

No que se refere à derrota na Terceira Guerra Mundial, ela é, inquestionavelmente, temporária; mas por que razão aconteceu? Terá sido porventura porque éramos um Estado ideocrático? Não, na realidade foi porque – antes de mais – no decurso da guerra informativa-psicológica permitimos que os agentes do adversário geopolítico afrouxassem precisamente os esteios ideológicos da nossa estrutura social, abalasses a consciência nacional do povo, o que significa a sua coesão e espiritualidade patriótica-soviética.

E isto era particularmente inadmissível, uma vez que o nosso adversário neste combate – os Estados Unidos – eram e são um Estado cem por cento ideocrático.

Sim, não se admirem. A América é um país com uma rara tolerância aos diversos credos religiosos. É impossível enumerar todas as religiões que lá existem. A fé de cada um é assunto que não preocupa ninguém. Mas por trás deste pluralismo numa esfera secundária está uma **religião civil** rigorosamente unitária, onde os símbolos da fé e os objectos do culto são a Declaração da Independência e a Constituição dos EUA, a bandeira americana, os monumentos de Washington e Lincoln, o Cemitério Nacional de Arlington (comparável ao nosso Mausoléu e à Necrópole junto à muralha do Krémelin), todo o conjunto de normas e valores escritos e não escritos contidos na ideia de «*modo de vida americano*». ¹³ E temos de reconhecer mérito aos americanos por preservarem tanto a sua «*religião civil*». Se nós tivéssemos preservado pelo menos metade as nossas instituições e locais sagrados soviéticos, não apenas da profanação, mas da mínima falta de respeito por eles, então não estaríamos hoje sob a ocupação e o jugo colonial dos EUA e dessa Europa «*civilizada*».

Vejam a China, que foi quase o único país no planeta que praticamente não sofreu com a crise mundial: o que é senão um Estado ideocrático?

Eis ainda uma pergunta que provavelmente já está na ponta de língua de alguém e à qual não se pode deixar de responder neste contexto: e onde se encaixa a democracia nessas suas coisas ideocráticas? É que todos esses estados ou eram abertamente monopartidários, como a URSS, ou o seu multipartidarismo, apesar de proclamado constitucionalmente, tinha um carácter puramente decorativo.

¹³ Cf. I.E. Zadorojnik, «A Religião civil nos EUA: a falência das esperanças liberais e o triunfo dos conservadores», *Voprossi Filossófi*, 1984, n.º 1.

Sabem, não se deve temer de nenhum modo pelo destino da democracia; nós estamos precisamente nessa direcção – não é brincadeira, é a sério – estamos à frente de todos no planeta.

Qual é a origem do próprio princípio da ideocracia nos nossos clássicos, recordam-se? A origem está na formulação da «razão das massas», na sua manifestação revolucionária, com tal elevação que a própria filosofia precisou objectivamente de se fundir, de se identificar com esta protuberância revolucionária, com esta poderosíssima erupção do intelecto humano solidário, quando «se inicia o período da actividade política directa do “povo simples”», «quando desperta precisamente o pensamento e a razão de milhões de pessoas esquecidas, desperta não apenas para a leitura de livros, mas para a acção, viva, a acção humana, para a criatividade histórica».¹⁴

Não queria recorrer a citações, mas tem de ser, sob pena de não me acreditarem. Esta é uma passagem do artigo de Lênine «Contra o boicote», do Verão de 1907:

*«O marxismo distingue-se de todas as outras teorias socialistas pela notável combinação de uma total sobriedade científica na análise da situação objectiva das coisas e do curso objectivo da evolução com o reconhecimento mais resolutivo da importância da energia revolucionária, da criatividade revolucionária, da iniciativa revolucionária das massas (...) O elevado apreço dos períodos revolucionários no desenvolvimento da humanidade decorre de todo o conjunto dos pontos de vista históricos de Marx: é precisamente nesses períodos que se resolve a multiplicidade de contradições que se acumulam lentamente nos períodos do chamado desenvolvimento pacífico. É precisamente nesses períodos que se manifesta com a maior força o papel directo das diferentes classes na definição das forças da vida social (...) precisamente nesses períodos Marx não viu um desvio do caminho “normal”, uma manifestação da “enfermidade social”, resultados lamentáveis de extremismos e de erros, mas os momentos mais vitais, mais importantes, mais substanciais e decisivos da história da humanidade».*¹⁵

Admitamos que o pensamento e a razão despertaram em milhões de cidadãos do nosso país, despertaram para a acção, para a criatividade histórica. Qual é a nossa tarefa seguinte? A nossa tarefa seguinte é a mesma que se referiu a propósito do «crescimento da cabeça» à revolução: mal desponte não deve ser escondida após a revolução. Aqui é o mesmo: conseguiu-se despertar a razão das massas, então não se deve adormecê-la até à próxima revolução. A iniciativa revolucionária das massas, a sua energia criativa não devem ser expelidas esporadicamente, convulsivamente, à semelhança das erupções de um vulcão, esta deve ser a situação normal do Estado.

E daqui entramos directamente na ideia leninista da **participação dos cidadãos sem excepção na administração**. Isto não significa – como por vezes estupidamente se diz – que cada cidadão é obrigado a dedicar um certo número de horas por semana a uma qualquer repartição do Estado. Significa sim que cada um no seu local de trabalho deve estar voltado para a criatividade de massas, para a inovação, o inconformismo para com as insuficiências, atitude que deve ser permanente e não ocasional. Significa a capacidade e a disposição dos cidadãos de pensar em massa com as categorias do que é comum, do bem social e do interesse estatal. E ter

¹⁴ «A vitória dos cadetes e as tarefas do partido operário» (Março de 1906), V.I. Lênine, *Obras Completas* (em russo), t. 12, pp. 328-329.

¹⁵ «Contra o boicote», (1907), V.I. Lênine, *Obras Completas* (em russo), t. 16, pp. 23-24.

uma conduta própria consequente. E, naturalmente, o Estado deve assegurar a cada um a possibilidade real, com garantia jurídica, de agir com espírito de iniciativa e criatividade, e não com espírito gregário, conformista-amedrontado.

Por sua vez, isto significa que a par dos sujeitos tradicionais da acção político-administrativa – as estruturas de poder, as organizações sociais, grupos e associações – surge mais um sujeito político inteiramente plenipotenciário: o INDIVÍDUO tomado em separado, o indivíduo com pensamento de Estado e o cidadão com uma conduta de Estado.

E que temos então quando o indivíduo, a «*unidade*» humana, se torna num factor político de pleno direito, não como elemento da maioria eleitoral, não como membro de um qualquer partido ou grupo, não em conjunto, mas simplesmente por si próprio? Temos o início de uma viragem grandiosa, civilizacional-universal na epopeia histórica da humanidade: a transição da democracia representativa, parlamentar para a democracia **não-representativa**, para a democracia da participação pessoal directa de qualquer cidadão com espírito de iniciativa nos assuntos sociais, nos assuntos do Estado.

A democracia não-representativa, «*de cada um*», não elimina naturalmente as instituições eleitas, mas literalmente qualquer cidadão com espírito de iniciativa pode, com sensatez e responsabilidade, «*introduzir-se*» no funcionamento geral da máquina do poder administrativo, em qualquer dos seus compartimentos, em qualquer secção.

Este é já o desenvolvimento posterior da concepção da «*participação de todos sem excepção na administração*» – o programa de Stáline do **desenvolvimento mais amplo possível da autocrítica e da crítica das massas a partir de baixo**.

*«O que é preciso para libertar as forças e capacidades da classe operária e dos trabalhadores em geral e dar-lhes a possibilidade de adquirir experiência para a governação do país? Para isso é preciso, antes de mais, levar à prática de forma honesta e à maneira bolchevique a consigna da crítica a partir de baixo das insuficiências e dos erros do nosso trabalho. Se os operários utilizarem a possibilidade de criticar aberta e frontalmente as insuficiências do trabalho, de melhorar o nosso trabalho e fazê-lo avançar, que significa isto? Isto significa que os operários se tornam participantes activos no trabalho de direcção do país, da economia, da indústria».*¹⁶

Um avanço de tal escala em toda a história política, indiscutivelmente, não pode deixar de levar tempo, e bastante prolongado. Seria assim mesmo que a União Soviética não tivesse arcado com duas guerras mundiais, das quais a segunda ainda não terminou. Por isso não se deve recriminar ninguém – nem Lénine, nem Stáline – pelo facto de ter passado quase um século e estas ideias impressionantes não terem sido concretizadas. Hoje já são poucos aqueles que atrevem a negar a inevitabilidade de um desenvolvimento dos acontecimentos em que, tarde ou cedo, a democracia representativa seja substituída por uma tal organização na qual o indivíduo possa por si próprio, sem quaisquer intermediários, de pleno direito e directamente, participar na decisão de uns ou outros problemas do Estado. O mais importante para nós em

¹⁶ «*Sobre os trabalhos do plenário conjunto do CC e do CCC: intervenção na reunião da organização de Moscovo do PCU(b), 13 de Abril de 1928*», I.V. Stáline, *Obras* (em russo), t.11, p. 37.

toda esta história é que também nesta matéria temos uma posição sólida, não algures longe do canal civilizacional, mas entre aqueles que têm prioridade na navegação.

Assim, o direito de crítica do cidadão foi inscrito na Constituição da URSS de 1977, embora na forma mais geral, como «*direito de participar na administração dos assuntos do Estado e da sociedade*» (art.º 48.º e 49.º). Ainda que estas normas não tenham tido qualquer concretização posterior na legislação, é indiscutível que elas se encontram na corrente, no *mainstream*,¹⁷ digamos assim, do movimento histórico-universal para o objectivo necessário. E constituem um ponto de partida para o futuro.

A propósito, no nosso projecto constitucional, que atrás já referimos, fizemos uma tentativa de inscrever esta «*democracia de cada um*», ou a crítica a partir de baixo, já numa forma puramente jurídica. E sabem, não é assim tão estranho; em todo o caso não é nada que não seja concretizável.

ALGUMAS PALAVRAS sobre o problema do mono ou multipartidarismo e qual o papel no desenvolvimento da democracia.

Não é difícil ver que, se realizarmos a ideia leninista-stalinista da **institucionalização da iniciativa renovadora das massas de base**, então depois disso ninguém necessitará do multipartidarismo. De que vos serviria entrar para um determinado partido se as vossas propostas fossem acolhidas, analisadas com a vossa participação, se a vossa iniciativa tivesse o caminho aberto para quaisquer instâncias superiores do Estado? Bastaria que tal iniciativa fosse judiciosa e que tivésseis a capacidade e o empenho de defender a vossa posição, a vossa razão.

Com a afirmação da democracia «*individual*» todos os debates sobre quantos partidos devem existir no Estado esmorecem por si próprios. Tornar-se-á claro que o multipartidarismo é completamente obsoleto, é pela sua natureza uma instituição burguesa, um modo «*de mercado*», de manifestação e de coexistência na sociedade de pensamentos diferentes e de aspirações com orientações diferenciadas. Este modo adequa-se a uma sociedade onde prevalece o interesse privado, egoísta na sua base. Lá onde as pessoas se regem em maior medida pelo sentido do dever, de missão, do serviço em prol de fins benéficos, etc., é a força da argumentação racional que adquire uma importância decisiva e não a preponderância numérica, a qual, simplesmente, pode ser obtida em troca de dinheiro.

Além disso, do ponto de vista da tecnologia social, nas condições do multipartidarismo, não seria possível instaurar o sistema de «*crítica de massas a partir de baixo*» como instituição. Um Estado multipartidário não examinará as vossas iniciativas, exactamente porque os partidos existem precisamente para isso. Isto é, o esquema unipartidário, enquanto etapa de transição para a democracia não-representativa, é o melhor senão mesmo o único possível.

PREZADOS CAMARADAS, naturalmente que ficou fora da nossa análise abundante material merecedor de toda a atenção.

Podemos analisar as realizações de Lénine, uma atrás de outra, e demonstrar que, na situação então criada, qualquer delas era a mais eficaz, a mais clarividente, a mais ponderada, a mais adequada ao contexto, etc. A tudo isto os nossos oponentes ideológicos responderão: E para que serviu, uma vez que tudo isso ruiu?

¹⁷ Em inglês no original, *mainstream* pode traduzir-se como «*corrente principal*».

Eis porque escolhi este ângulo de análise: mostrar o lugar que o sistema de Estado e de poder criado por Lênine ocupa não no passado, mas no futuro de toda a nossa civilização. E sabem? A perspectiva que deste ângulo se apresenta ao olhar é para mim tão ou mais convincente da vitalidade e imortalidade do leninismo como todas as nossas realizações passadas tomadas em conjunto (pelo menos nunca menos convincente).

E em conclusão queria ainda dizer o seguinte: não venceremos a guerra que é travada contra nós se não elevarmos de novo a nossa ideologia marxista-leninista em toda a sua estatura, em toda a sua recusa de compromissos com os valores do mundo da propriedade privada que se nos opõem. Sem quaisquer reverências à economia mista, ao multipartidarismo, ao pequeno e médio negócio, à Igreja Ortodoxa, e tudo o mais.

Não se pode prometer a ninguém que iremos tolerar a exploração e a corrida ao lucro se forem em pequena escala e não em grandes proporções. Não as toleraremos em quaisquer proporções.

Não podemos prometer à Igreja Ortodoxa que será ideologia do Estado com o restabelecimento do poder soviético. Não será. A ideologia do Estado será o marxismo-leninismo. E é hoje que tem de haver clareza sobre todas estas questões, sem tergiversações, sem as deixarmos para depois.

Não devemos moldar-nos ao inimigo. Medvedev veio falar de «*modernização*», essa nova fraude da guerra psico-informativa lançada pelo Fundo Monetário Internacional, e os comunistas, desculpem, cacarejaram: *modernização, modernização, só socialista!* Qual «*modernização*» num país ocupado? Precisamos de nos libertar, de sair da situação de ocupação e depois reerguer das ruínas a economia nacional destruída pelos ocupantes. Precisamos, no essencial, de uma nova industrialização e de uma nova colectivização na agricultura. E não das «*modernizações*» de Medvedev segundo as receitas do FMI.

Não devemos fazer concessões ideológicas a ninguém e sobre coisa alguma. E enquanto não parámos de recuar na ideologia, as coisas não nos correrão bem nas outras frentes.

De modo que somos pela recusa leninista (e também se poderia acrescentar stalinista) dos compromissos na definição e proclamação das nossas posições ideológicas de classe. Estas são as posições do patriotismo soviético. Se conseguirmos que pelo menos uma parte do povo regresse a estas posições, poderemos afirmar convictamente: a vitória será nossa.